

Remessa de juros bate US\$ 100 bi

Estatística do Banco Central aponta que, no início deste ano, o Brasil rompeu a barreira de mais de 100 bilhões de dólares de juros pagos aos credores externos. Somente o governo Sarneu completa o pagamento de mais de 50 bilhões de dólares, sem jamais ter sentido o gosto de receber dinheiro novo sequer para cobrir as amortizações do principal da dívida. Assim, o Brasil não só paga em dia os juros como vem reduzindo o estoque da dívida externa.

A inversão do fluxo de recursos externos já reduziu o estoque da dívida de 121,17 bilhões de dólares, em 1987, para 114,94 bilhões, em dezembro de 1988, com a contribuição dos 6,5 bilhões de dólares de conversão da dívida em investimentos diretos. Este ano, mesmo com a suspensão dos leilões de conversão, a dívida deve cair para 111,92 bilhões de dólares, conforme as projeções do Banco Central.

Menos endividamento

Por falta de credibilidade para obter novos empréstimos externos, o presidente José Sarney deve fechar o seu último dos 5 anos de governo com o crescimento da dívida de apenas 9,88 bilhões de dólares, contra 49,85 bilhões acumulados na gestão Figueiredo. Ainda para efeito de comparação, a dívida brasileira cresceu, nos cinco anos de governo Sarney, menos que a média anual da gestão anterior.

Mas o governo Sarneu precisou produzir superávit comercial de

68,28 bilhões de dólares para manter em dia os juros da dívida externa de 48,5 bilhões e também efetuar as amortizações inadmissíveis do principal da dívida. De janeiro de 1985 ao final deste ano, venceram nada menos que 61,69 bilhões de dólares do principal da dívida e os quatro ministros da Fazenda e os cinco presidentes do Banco Central do atual governo sentiram o gosto amargo do reescalonamento dos compromissos brasileiros.

Volume da dívida

Apesar da exaustão da capacidade de endividamento externo do País, a dívida acumulada de 114,94 bilhões de dólares, ao final de 1988, corresponde a 29,8% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 15% em 1973; antes do primeiro choque do petróleo. Mas, como argumenta o ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o refinanciamento quase que automático do principal da dívida reduz as preocupações do governo brasileiro com as amortizações.

Galvêas afirma que a apreensão fica por conta da necessidade de remessa líquida ao exterior de mais de 10 bilhões de dólares por ano para manter os juros em dia. Por isso, o ex-ministro da Fazenda defende a adoção de um programa especial de conversão dos juros exigíveis em investimentos diretos. Em postura idêntica à de Galvêas, o presidente do Banco Central, Elmo Camões, reiterou ontem que o governo brasileiro pode e deve esti-

pular a conversão da dívida em investimentos.

Para reduzir o peso da transferência de renda ao exterior, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, pode acatar a sugestão de Galvêas para incentivar a conversão dos juros devidos em investimento direto. Camões não tem qualquer dúvida sobre a vantagem da modalidade: "A conversão constitui fórmula que preserva as forças de mercado, na qual cada uma das partes perde um pouco, mas consegue salvar o principal, em benefício da formação de investimento na área privada e produtiva da economia do País".

O presidente do Banco Central reiterou que a conversão foi o único instrumento que de fato resultou na redução do estoque da dívida brasileira. Com a resistência dos bancos credores de conceder "dinheiro novo" e muito menos de capitalizar os juros, a conversão traz a alternativa possível para o Brasil conter a sangria de divisas.

Camões ressaltou que a conversão obriga os novos parceiros externos a partilharem dos esforços internos para o melhor desempenho da economia do devedor, além de exigir do respectivo governo maior eficiência e qualidade. Enquanto o país já pagou mais de 100 bilhões de dólares de juros, as remessas de lucros e dividendos do capital de risco estrangeiro, também desde 1968, não passaram de 8,3 bilhões de dólares.